

PIRACEMA

Boletim da Assessoria Técnica Independente das áreas 4 e 5 | agosto 2021 | nº 3

- Pessoas atingidas falam sobre união nas comunidades (página 2)
- O acordo afetou a minha indenização individual? (página 7)



Foto: Daniela Paoliello/Acervo Guaicuy

AÇÕES DO GUAICUY JUNTO ÀS COMUNIDADES

Veja como mais de 34 mil pessoas podem contar com a Assessoria

Páginas 4 e 5

DEFINIÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O Programa está previsto no acordo entre Vale e Poder Público e será um pagamento mensal para as pessoas que atendem aos critérios definidos na Justiça. Quem mora nas comunidades nas margens do lago de Três Marias e próximas ao Rio Paraopeba poderão se cadastrar. Confira mais informações!

Página 3

ACOLHIMENTO

Guaicuy faz atendimentos individuais para orientar e tirar dúvidas sobre os danos causados pelo rompimento da barragem

Página 7

VACINE-SE CONTRA A COVID-19!

A vacinação está **reduzindo os casos graves, mortes** e infecções por Covid-19 nos grupos já imunizados. Fique atento ao calendário do seu município e, **quando chegar a sua vez, vacine-se!** É importante também manter o distanciamento e o uso de máscara para diminuir a circulação do vírus. Todas as vacinas são seguras e eficazes: **vacina boa é vacina no braço!** Acompanhe a situação da COVID-19 na sua cidade:

www.guaicuy.org.br/covid19



Foto: Tainara Torres/Acervo Guaicuy



PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA A REPARAÇÃO INTEGRAL

Em janeiro de 2019, a rotina de muitas pessoas foi atravessada pelo rompimento da barragem da Vale que afetou comunidades de Brumadinho até Três Marias. Desde então, os costumes e o vocabulário tomaram rumos muito diferentes. Agora, o caminho que as pessoas seguem envolve, além do cotidiano em casa e do trabalho, a busca coletiva pela reparação integral e o retorno da situação de vida antes do desastre.

Neste cenário, as mãos se apertam com mais força e intensidade. Assim como as águas dos rios e das represas, estamos em constante movimento, nos adaptando e construindo juntas e juntos. Um processo que precisa ser agarrado pelas mãos de todos e todas.

Ninguém melhor do que as pessoas atingidas para falar de suas vidas. Por isso a reparação integral só acontece com mobilização e organização popular. O Guaicuy, enquanto Assessoria Técnica Independente, está ao lado das comunidades na busca pela garantia de direitos.

SAIBA +
www.guaicuy.org.br

COMUNIDADES UNIDAS



"A união faz a força, e o rompimento trouxe essa visão mais forte, porque a Vale tenta o tempo todo desmobilizar. Tem mais pessoas entendendo que somos todos atingidos, de formas diferentes, mas somos. Vou continuar lutando pela minha comunidade e por mim. É direito nosso, nos tiraram muito e não querem nos dar nada".
Simone Faria, Angueretá (Curvelo)
Foto: Morgana Mafra/Acervo Guaicuy

"A união de uma comunidade é necessária para que possa ter o próprio desenvolvimento e crescimento. Com a união de todos, independentemente de serem jovens ou adultos. Todos nós podemos lutar pelos nossos direitos. Juntos e juntas podemos trazer as melhorias necessárias para toda a comunidade".



Anderson Varanda de Lima (Biquinhas)
Foto: Acervo pessoal



"A organização comunitária é essencial. Nas comunidades as pessoas sempre perguntam e reivindicam. As pessoas estão animadas e acreditando. É muito difícil conquistar o que já foi conquistado até agora! Em fevereiro conseguimos o reconhecimento da região 5. Estamos organizados para conseguir a reparação".
Sebastião Leal, Porto do Pontal (Três Marias)
Foto: João Carvalho/Acervo Guaicuy

CRITÉRIOS E VALORES DO PTR SÃO ACEITOS PELO JUIZ

O Programa de Transferência de Renda (PTR), previsto no acordo entre Vale S.A. e Poder Público, teve seus critérios e valores definidos no final do mês de junho de 2021.

Em petição protocolada no processo coletivo, as Instituições de Justiça (Ministério Público Federal, Ministério Público de Minas Gerais e Defensoria Pública de Minas Gerais) estabeleceram as regras que foram aceitas pelo juiz.

Para participar, a pessoa terá que provar que vivia nas áreas determinadas até o dia do rompimento (25/01/2019). Os casos serão avaliados por uma empresa contratada pelas Instituições de Justiça que será responsável por definir quem receberá ou não o PTR.

Programa prevê pagamento mensal e inclui comunidades nas margens do lago de Três Marias e próximas ao Rio Paraopeba

CONFIRA OS CRITÉRIOS PARA PARTICIPAR DO PTR:

- Pessoas que vivem em comunidades que ficam até um quilômetro da margem do Rio Paraopeba (mesmo que a casa esteja mais longe);
- Pessoas que vivem em comunidades nas margens do lago de Três Marias;
- Pessoas que sofreram com desabastecimento de água;
- Comunidades que receberam alguma obra emergencial;
- Povos e comunidades tradicionais que estiverem dentro das áreas delimitadas como atingidas.

Para os atingidos que **não** são familiares de vítimas fatais ou **não** vivem na chamada Zona Quente, os valores mensais definidos foram:



DURAÇÃO DO PROGRAMA DE APROXIMADAMENTE 04 ANOS

EXPEDIENTE DO BOLETIM:

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Júlia Rohden - 0006118/SC | **TEXTOS JORNALÍSTICOS:** Fernando Gentil, Júlia Rohden, Sarah Fontenelle Santos e Tainara Torres | **DIAGRAMAÇÃO:** Carol D'Alessandro | **INFOGRÁFICO (p.4 e 5):** Fabiano Lana | **ILUSTRAÇÕES (p.4 e 5):** Esther Azevedo | Ideia Clara | **IMAGENS:** Daniela Paoliello, Fernando Gentil, João Carvalho, Morgana Mafra e Tainara Torres | **COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DA ATI:** Bernardo Vaz

INSTITUTO GUAICUY: Rua Brasópolis, 109 - Floresta, Belo Horizonte | CEP: 30150-170 | (31) 3024-9460 | (31) 97102-5001 Telefone/WhatsApp para pessoas atingidas | contato@guaicuy.org.br

LEIA TAMBÉM PELA INTERNET: www.guaicuy.org.br | f/institutoguaicuy | @institutoguaicuy | d/guaicuyparaopeba

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE

GUAICUY COM VOCÊ



Veja a nossa atuação ao lado das **34 mil pessoas** atingidas e prejudicadas de Curvelo, Pompéu e região do lago de Três Marias pelo rompimento da barragem da Vale.



Pedido de informações e providências aos órgãos competentes: Envio de ofícios à Vale S/A cobrando restabelecimento de pagamentos emergenciais, fornecimento de água, ração e silagem. Envio de ofícios, dossiês e relatórios técnicos às Instituições de Justiça cobrando a garantia de direitos das pessoas atingidas.

PROMOÇÃO DE ESPAÇOS PARTICIPATIVOS

Núcleos comunitários: Reuniões das pessoas atingidas e técnicos do Guaicuy para troca de informações e orientações relacionadas aos diferentes impactos causados pelo rompimento da barragem.



PROCESSO JUDICIAL

Acompanhamento do processo judicial: Verificação do andamento do processo coletivo; análise, acompanhamento e contribuição nas perícias e estudos.

Matriz de Danos:

Coletas e sistematização de informações para elaboração junto às pessoas atingidas do documento que irá listar a relação de danos e seus valores. A Matriz poderá servir como parâmetro para as indenizações individuais.

Canais de atendimento digital: A equipe está disponível de segunda a sexta-feira para responder dúvidas das pessoas atingidas pelo telefone e WhatsApp: (31) 97102-5001.

Acesso às informações: Comunicados, notícias, reuniões e outras formas de garantir o acompanhamento do processo judicial coletivo e o acesso à informação sobre direitos das comunidades.



Acolhimento:

Por meio de atendimentos individuais (presenciais ou por telefone), as equipes da Saúde, Direitos e Ciências Agrárias escutam e orientam as pessoas atingidas sobre diferentes temas.



Estudos sociais e econômicos: Pesquisas para diagnosticar os danos das pessoas atingidas em diversos aspectos como renda, saúde, alimentação, lazer e outros.

Análises ambientais: Avaliações regulares e independentes do meio ambiente para garantir informações seguras sobre a qualidade de águas, solos, sedimentos e comunidades aquáticas (como peixes e outros animais e vegetais).

PROJETOS PREVISTOS NO ACORDO ENTRE VALE E PODER PUBLICO



Anexo 1.1 Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas (R\$ 3 bilhões):

Reuniões sobre os projetos que serão definidos pelas comunidades. Neste anexo, uma parte deve ser reservada a projetos de crédito e microcrédito para as pessoas atingidas.

Anexo 1.2 Programa de Transferência de Renda (R\$ 4,4 bilhões):

Reuniões de apresentação e consulta às comunidades sobre o Programa de Transferência de Renda (PTR), que substitui o antigo Pagamento Emergencial, porém com novos critérios que poderão incluir outras pessoas e localidades.

Anexo 1.3 Projetos da Bacia do Paraopeba (R\$ 2,5 bilhões):

Reuniões de apresentação e orientações individuais para o envio de propostas das comunidades com projetos de infraestrutura e serviços públicos. O valor será destinado a projetos executados diretamente pela Vale nos municípios da Bacia do Paraopeba e da região do lago de Três Marias.

ESTUDOS





O rompimento da barragem também afetou a vida de jovens e crianças. Foto: Tainara Torres/Acervo Guaicuy

4 DIREITOS DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

São várias as leis que definem os direitos das crianças, adolescentes e jovens no Brasil e que devem ser respeitadas por todos e todas

Toda criança, adolescente ou jovem possui uma série de direitos defendidos pela Constituição Federal e por outras importantes leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), que é mais recente e aplica regras de respeito e dignidade aos jovens brasileiros (18 a 29 anos).

Essas leis trazem diversas obrigações que podem ser observadas nas regiões atingidas do Rio Paraopeba e do lago de Três Marias. São vários os direitos que foram danificados e precisam ser reparados.

Veja abaixo alguns dos principais direitos:

1. DIREITO À VIDA E À SAÚDE

O primeiro grande direito que as leis e a Constituição garantem é o direito à vida digna, com acesso à saúde pública de qualidade, segurança alimentar e água potável.

Os adolescentes podem acessar serviços públicos como, por exemplo, o atendimento em posto de saúde e a obtenção de métodos contraceptivos, como a camisinha. Tudo de forma gratuita e sigilosa.

2. DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIVERSIDADE

Crianças, adolescentes e jovens têm o direito de ir e vir, de livre manifestação do pensamento, de se reunir, de ter ou não uma religião. Também é obrigatório que sejam respeitados, inclusive quanto ao estilo de ser, às roupas que vestem, ao jeito que andam, com quem se relacionam. Sem serem discriminados por suas características.

O direito à Identidade Jovem, por exemplo, permite que jovens de baixa renda possam viajar de graça ou com 50% de desconto em passagens interestaduais, é uma garantia desse direito à liberdade de ir e vir.

3. DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICOS

Todas as pessoas têm os direitos sociais e políticos garantidos pela Constituição. Entre os adolescentes, por exemplo, esses direitos podem ser na formação do grêmio estudantil, na participação de coletivos políticos, na manifestação de ideias e atos reivindicatórios, entre outros. Assim que completar 16 anos, o adolescente ainda tem o direito ao voto.

4. DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE

O ensino básico e médio deve ser ofertado gratuitamente a todos e todas. Já o acesso às universidades públicas pode ser possibilitado pelo sistema de cotas a estudantes de colégios públicos e/ou por meio das cotas raciais.



Foto: Fernando Gentil/Acervo Guaicuy

ANÁLISES AMBIENTAIS EM CONTATO COM AS COMUNIDADES

Desde outubro de 2020, a equipe de Estudos Ambientais do Guaicuy realiza diversas análises sobre os impactos ambientais do rompimento da barragem. São feitas análises das águas do Rio Paraopeba e das represas de Três Marias e de Retiro Baixo, de águas subterrâneas (poços e cisternas), de solos, de sedimentos, de alguns grupos de vegetais e de animais aquáticos (como peixes).

As pesquisas são independentes e feitas em diálogo constante com as pessoas e comunidades atingidas que podem solicitar novas coletas, tirar dúvidas e entender os resultados laboratoriais junto com a equipe técnica do Guaicuy.

O ACORDO AFETOU A MINHA INDENIZAÇÃO INDIVIDUAL?

O acordo entre a Vale e o Poder Público não decidiu os valores das indenizações individuais. Esse direito segue em disputa. Um dos caminhos possíveis para conquistar a indenização individual é através do processo judicial coletivo.

ACOLHIMENTO: ESCUTA E COMPREENSÃO DOS DANOS

O Guaicuy oferece acolhimento individual presencialmente nas comunidades (pelas vans), nas Casas de Acolhimento ou à distância (por telefone, videochamada e WhatsApp) com as equipes de Saúde, Direitos e Ciências Agrárias. Até o momento, já foram realizados mais de mil acolhimentos.

São conversas para ouvir e orientar sobre o processo judicial e os danos causados a partir do rompimento da barragem. Também é oferecido suporte psicossocial (com encaminhamentos ao serviço público, se necessário) e orientações sobre danos aos sistemas produtivos, à segurança alimentar, à pesca artesanal e outras atividades da agricultura familiar.



Foto: Tainara Torres/Acervo Guaicuy

Para estabelecer os valores da indenização individual o juiz poderá adotar como parâmetro a Matriz de Danos, feita a partir da construção conjunta entre as Assessorias Técnicas Independentes e as pessoas atingidas.

Se sua vida foi prejudicada pelo rompimento da barragem da Vale e **você tem dúvidas sobre seus direitos e indenização, entre em contato com a equipe do Guaicuy: (31) 97102-5001.**

Leia a reportagem completa no nosso site: www.guaicuy.org.br



MULHERES NA LINHA DE FRENTE

Além dos trabalhos dentro e fora de casa, as mulheres também participam de reuniões e mobilizam as comunidades



Luara da Rocha, Ilha do Mangabal.
Foto: João Carvalho/Acervo Guaicuy

Pescadoras, agricultoras, cuidadoras, artesãs, donas de ranchos, faxineiras, cozinheiras, professoras, mães, esposas. Mesmo diante de rotinas intensas, as mulheres seguem assumindo seu protagonismo

na reivindicação pela reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem da Vale. "Tem dias que eu assisto à reunião *na raça*, para mostrar a nossa presença e procurar os nossos direitos. Mobilizo, mando nos grupos, falo de boca a boca", conta Luara Cristina da Rocha, moradora da Ilha do Mangabal (Felixlândia).

Divânia Aparecida, de Morada Nova de Minas, também se desdobra para estar nas ações da comunidade. "Eu tenho participado das reuniões do Guaicuy e gosto bastante. Tenho aprendido muito e a mulher é guerreira, mas não é fácil. Queria dizer para todas que estão batalhando de alguma forma, na pesca, no trabalho rural, artesanal, que continuem e não percam as esperanças", reforça.

No Recanto do Funil (Pompéu), Mirian Machado conta que concilia os afazeres de casa com as reuniões. "Nós mulheres fazemos muita coisa de uma vez. O serviço de casa, de mãe, de cuidado, e não somos muito valorizadas por esse lado. Se a mulher diz que trabalha só em casa: 'ah, então você

não trabalha, não'. Às vezes a mulher trabalha igual o homem e não é reconhecida como ele", comenta.

O rompimento da barragem trouxe danos específicos para as mulheres. Luara é faxineira, mas passou a fazer trabalhos de manicure e cabeleireira. "A minha renda diminuiu, porque quando tinha o turismo as faxinas rendiam em torno de R\$ 150, mas é difícil juntar esse dinheiro fazendo unha e cabelo", afirma. Esta história demonstra como o rompimento agrava a situação das mulheres em um país já desigual. Segundo o IBGE, em 2020 a taxa de desemprego foi de 12,8% para os homens, 16,8% para as mulheres e 19,8% para as mulheres negras.

O trabalho de Divânia também se tornou mais difícil. "Eu pesco desde pequena com o meu pai. Quando rompeu a barragem da Vale eu tinha muito peixe no freezer. Só que o comprador não quis levar o peixe, porque ficou com medo da contaminação", conta.

Apesar das dificuldades, elas seguem firmes! "Temos direito a muita coisa que nem sabemos, mas se a gente tirar um pouquinho do tempo para procurar saber, vamos ser muito gratificados. Só através da luta. Tudo é com luta, nada é fácil. Tudo tem que ser conquistado, o que cai do céu é só chuva", conclui Luara.



Mirian Machado, Recanto do Funil.
Foto: Morgana Mafra/Acervo Guaicuy



Divânia dos Santos, Morada Nova de Minas.
Foto: Milena Rocha/Acervo Guaicuy

FALE COM O GUAICUY

Envie uma mensagem para nosso número e receba informações atualizadas:

☎ (31) 97102-5001

Acesse também nosso site www.guaicuy.org.br

